Integrantes do poder público defendem fatiamento da revitalização do Cais

A decisão do governo gaúcho de encerrar o processo de concessão do Cais Mauá com o consórcio Pulsa RS abriu novamente um ponto de interrogação sobre o destino de uma das mais nobres áreas de Porto Alegre: a revitalização do espaço é possível e sairá futuramente do papel? O prefeito da Capital, Sebastião Melo, a vereadora porto-alegrense Fernanda Barth (PL) e o diretor de relações institucionais da empresa pública Portos RS, Sandro Boka, têm a opinião de que é viável, especialmente se essa concessão for feita de forma escalonada.

De acordo com Melo, fatiar o empreendimento e fazer as entregas por etapas facilitará a retomada do projeto. Ele considera um desafio transformar aquela área, no entanto ressalta que há vários atrativos no local. "O pôr do sol mais bonito do mundo é no Cais Mauá", afirma o prefeito.

O integrante da Portos RS também acredita que o projeto de revitalização ainda será materializado. Para Boka, o empreendimento tem que ser implementado por fases, pois se trata de um complexo de grandes proporções.

Por sua vez, a vereadora Fernanda Barth diz que entristece o Estado observar a decadência do Cais Mauá, o que provoca a pergunta "por que esse projeto não anda?". Ela defende que a forma que foi tentada a concessão, não funciona. A parlamentar, Melo e Boka estiveram nesta quinta-feira, no Cais Mauá, participando do lançamento do projeto Minha Cidade Tem um Porto.

O leilão para a revitalização do Cais Mauá foi feito em 2024 e vencido pelo Consórcio Pulsa RS, antes da ocorrência das enchentes no Rio Grande do Sul. A catástrofe climática acabou atrapalhando todo o cronograma do pós-certame.

O trecho concedido do cais compreendia desde a Usina do Gasômetro até a região das docas, nas cercanias da Estação Rodoviária, o que significa aproximadamente três quilômetros de extensão e 181,2 mil metros quadrados de área. Pelo edital original, estava previsto que, nos cinco primeiros anos de concessão, seria feita a reestruturação do patrimônio histórico, envolvendo os armazéns tombados e o pórtico central, com um aporte de R$ 353 milhões.

Além disso, a proposta permitia a construção de edificações para uso residencial e corporativo e seria exigida a instalação de um novo sistema de proteção contra cheias. Porém, o governo do Estado, por entender que o Consórcio Pulsa RS descumpriu obrigações legais que estavam previstas no edital de licitação, decidiu revogar o processo de concessão.